

Total de pagamentos em atraso está em US\$ 2,3 bilhões

por Reginaldo Heller
do Rio

O valor total dos pagamentos brasileiros ao exterior em atraso, neste início de ano, soma US\$ 2,3 bilhões, dos quais US\$ 1,3 bilhão se refere a compromissos com juros devidos desde 4 de outubro último. A informação foi dada pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, na reunião que manteve, em Nova York, com o comitê de assessoramento da dívida externa brasileira e da qual participaram representantes do Federal Reserve Bank, de Nova York, do Banco da Inglaterra, da França, do Japão, do Banco da Suíça e do Bundesbank alemão. Pastore informou, contudo, que o País detém, também, nesta primeira semana do ano, reservas ou depósitos em bancos no exterior que somam cerca de US\$ 700 milhões, o que reduz o nível de atrasados líquidos para cerca de US\$ 1,6 bilhão.

A informação foi transmitida pelo próprio "advisory committee" em telex distribuído a todos os credores, relatando a reunião e confirmando a intenção de fechar todos contratos da fase 2 da renegociação da dívida externa até o dia 16 de janeiro. O saldo de adesões ao empréstimo-jumbo, segundo o telex, mantém-se inalterado em US\$ 6,3 bilhões, abaixo, portanto, da meta exigida pelo Fundo Monetário Internacional. Esta é, aliás, uma das razões para o impasse em torno da assinatura do contrato, já que se torna indispensável a aceitação de um volume menor tanto pelo FMI quanto pelo Brasil e pelos demais bancos que condicionaram sua participação à adesão total do projeto 1.

REVISÃO

Na reunião, ainda, o presidente do subcomitê de economia, Douglas Smee, do Bank of Montreal, infor-

Galvães vai aos EUA no dia 15

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, embarcará no próximo dia 15 para Nova York, para assinar, no dia seguinte — 16 de janeiro — o empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões. A informação foi fornecida ontem a este jornal pelo chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, Edésio Ferreira Fernandes.

A expectativa é de que a viagem do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, aos Estados Unidos, seja bem sucedida e encerre as negociações nos US\$ 6,5 bilhões pedidos pelo Brasil. Mas, segundo Fernandes, mesmo que não se consiga obter essa cifra cravada, não restam mais dúvidas de que o contrato do jumbo será assinado mesmo no dia 16 próximo.

do Bankers Trust, coordenador do projeto 4 — interbancário —, explicou que o nível de comprometimento dos bancos não atingiu a meta solicitada, de US\$ 5,7 bilhões, mantendo-se há semanas inalterada em US\$ 5,3 bilhões. Os restantes US\$ 300 milhões foram confirmados pelas agências internacionais de crédito.

Segundo banqueiros integrantes do comitê, há, contudo, urgência e interesse em se fechar a fase 2 no prazo estipulado. Contornado o problema dos balanços em fins de exercícios, uma questão legal, persistem problemas de caráter político dentro dos próprios bancos. Pois, se à época em que os auditores emitirem seus pareceres finais e a diretoria sua mensagem nos relatórios ainda existirem atrasos, estes terão de ser assinalados, o que implica críticas por parte dos acionistas.

mou que será feita uma revisão do relatório - Brasil até o próximo mês de fevereiro, já incorporando os êxitos na política de combate à inflação, muito embora não tivessem ainda números definitivos sobre os resultados da política monetária. O representante do Chase Manhattan Bank, coordenador do projeto 3 — de créditos comerciais — confirmou a adesão integral dos bancos no volume de US\$ 9,9 bilhões, enquanto o representante do projeto 3, de créditos comerciais, confirmou a adesão integral dos bancos no volume de US\$ 9,9 bilhões, enquanto o representante

TAXAS

Segundo, também, as mesmas informações, discutiu-se na reunião do comitê a questão do crédito do Imposto de Renda no pagamento dos juros do empréstimo-jumbo e informou-se, reservadamente, da decisão conjunta do Federal Reserve Board, do Controller of Currency e do Federal Insurance Deposits Corporation, três autoridades monetárias americanas, de evitar qualquer punição para aqueles bancos que tenham, no Brasil, empréstimos a um único tomador que ultrapasse o limite de 10% de sua carteira.